



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	19123/2024
Data do Início	06/08/2024
Folha	
Rubrica	

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

**PROCESSO Nº 19123/2024, Pregão Eletrônico 15/2024 - SRP**

**OBJETO:** Registro de Preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de Serviços de Computação em Nuvem, de modelo híbrido (privada e pública), incluindo Hardware e software, com serviços de: concepção, projeto, provisionamento, configuração, manutenção, treinamento, administração, gerenciamento, monitoramento, backup, migração, suporte técnico especializado do ambiente em regime 24x7 e autosserviço sob demanda, que atenda de forma ampla às demandas da Prefeitura Municipal de Maricá – PMM.

A empresa **MEGATELECOM TELECOMUNICAÇÕES S/A**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 14.133/2021, especificamente no artigo 164:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

**II – DAS RAZÕES**

Em resumo, a impugnante alega:

- Suposta ilegalidade no instrumento convocatório;
- Suposta restrição da competitividade e violação ao princípio da isonomia devido as exigências do instrumento convocatório;
- Suposto direcionamento de marca na especificação técnica do produto.

**III – DO MÉRITO**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	19123/2024
Data do Início	06/08/2024
Folha	
Rubrica	

Os pontos questionados pela impugnante versam especificamente sobre matéria técnica, alegando, inclusive, que conduzem a uma marca específica, uma vez que seria possível a existência de outras opções disponíveis no mercado que atenderiam a Administração Pública.

Sobre a matéria, se torna imprescindível trazer à baila, o entendimento do Tribunal de Contas da União, no Acórdão 2.383/2014-TCU-Plenário, a saber:

“(…) Em licitações para aquisição de equipamentos, havendo no mercado diversos modelos que atendam completamente as necessidades da Administração, deve o órgão licitante identificar um conjunto representativo desses modelos antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de modo a evitar o direcionamento do certame para modelo específico e a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado.” (Acórdão 2.383/2014 – Plenário, Data da Sessão: 10/09/2014 - José Mucio Monteiro)

Embora as alegações da impugnante tenham relevância, é necessário que seja feito um juízo de valor por parte da secretaria requirante, fundamentado através do levantamento realizado no Estudo Técnico Preliminar.

Os procedimentos licitatórios tem por finalidade precípua a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração. Firme neste norte a administração deve envidar esforços no sentido de não limitar a participação de competidores nos procedimentos licitatórios, observando neste os princípios que o regem, notadamente o da legalidade insculpido no inciso II do art. 5º da Constituição Federal.

Nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a administração permanece adstrita aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para adoção dos critérios a serem estabelecidos no EDITAL, necessários ao atendimento do interesse público em busca da melhor proposta e ainda na ampliação da competitividade considerando os mais diversos possíveis interessados.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	19123/2024
Data do Início	06/08/2024
Folha	
Rubrica	

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais se manifestou em decisão liminar no sentido de não ser feita exigências excessivas que possam afastar potenciais fornecedores, nos seguintes processos:

“[...] se mostra desarrazoada e excessiva, comprometendo o caráter competitivo do certame, já que contribui para afastar potenciais fornecedores, incapazes de assumir tais obrigações em razão da distância entre suas sedes e o município, privilegiando apenas os fornecedores locais, o que contraria o disposto no inciso I do §1º do art. 3º da Lei nº 8.666/93. (Denúncia nº 862.524 – Relator: Conselheiro Cláudio Couto Terrão, sessão de julgamento para referendo pela Primeira Câmara em 1º/11/2011).

É através da definição clara e precisa do objeto da licitação que se poderá verificar a adequação da proposta ao que a Administração Pública busca contratar. Destaca-se, ainda, que somente assim é que se garante um julgamento objetivo por parte do ente licitante.

Pela lição do ilustre Marçal Justen Filho, temos:

“(...) o ato convocatório deve descrever o objeto de modo sumário e preciso. A sumariedade não significa que possam ser omitidas do edital (no seu corpo e nos anexos) as informações detalhadas e minuciosas relativamente à futura contratação, de modo que o particular tenha condições de identificar o seu interesse em participar do certame e, mais ainda,

elaborar a proposta de acordo com as exigências da Administração.”

Contudo, cumpre destacar que os apontamentos da ora impugnante versam estritamente sobre as necessidades e exigências da Secretaria Requisitante e não cabe a esta especializada aprofundar o debate. Ainda sim, esta Comissão entende que os argumentos apresentados merecem minuciosa apreciação pela Secretaria Requisitante que elaborou o referido edital.

Considerando que esta Comissão mantém o respeito as atribuições funcionais desta administração, registra-se que os pontos atacados nas razões da peça impugnatória são estabelecidos pela Secretaria Requisitante, levando em conta as atribuições de mercado e a



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	19123/2024
Data do Início	06/08/2024
Folha	
Rubrica	

necessidade particular do órgão, motivo pelo qual não cabe a esta especializada debater sobre o tema.

#### **IV – DA CONCLUSÃO**

Tendo em vista o conteúdo tratar de matéria técnica acompanhado pelo fato desta especializada não possuir a expertise técnica necessária para opinar sobre o tema, entendemos ser de competência da Secretaria Requisitante certificar-se a esse respeito, bem como, caso entenda necessário, adeque o Termo de Referência afim que a licitação alcance a melhor proposta e não fira a competitividade do certame.

Diante do exposto, submetemos à Secretaria Requisitante.

Em 06/08/2024

---

Maria Lúcia Cardoso Travassos  
Matr. 111.813

De acordo

---

DJALMA ALVES DA SILVA  
Pregoeiro